

Relato da 154ª Reunião do Plenário

No dia 10 de abril de 2024, pelas 10h00, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima quinquagésima quarta sessão plenária, com a seguinte ordem de trabalhos:

10h00 Tomada de posse de novos conselheiros

1. Informações
2. Aprovação da proposta de relato da 153ª sessão plenária
3. Intervenção do Professor Augusto Santos Silva
4. Apresentação do PIAAC – Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos

Professor Luís Rothes, Coordenador Nacional do PIAAC

Professor João Queirós, Subcoordenador Nacional do PIAAC

12h30 Almoço

14h00

5. Apresentação, discussão e apreciação do projeto de recomendação sobre *Explicações/educação (na) sombra': relação com o currículo, o trabalho dos professores e as desigualdades*. Conselheiros Relatores: António Neto Mendes, Fernando Elias e Jorge Ascensão
6. Apresentação, discussão e apreciação do projeto de recomendação *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO): reflexões acerca da sua concretização nas Escolas*. Conselheiras(os) Relatoras(es): Jesus Maria Sousa, Cláudia André, João Paulo Mineiro, Matilde Rocha e Nuno Ferro

O presidente, Domingos Fernandes, iniciou os trabalhos, dando posse à Dra. Anabela Batista Cortez Sotaia, em representação das organizações sindicais (CGTP-IN), e à Professora Doutora Helena Maria Mamede Albuquerque, em representação das instituições de ensino especial de pessoas com deficiência (presidente da Federação Portuguesa para a doença mental – Humanitas).

Dando as boas-vindas às novas conselheiras, o presidente entrou no ponto um da ordem de trabalhos. Começou por informar que, depois de ouvida a Comissão Coordenadora, foi criada uma Comissão Especializada Eventual no âmbito da Educação e do Ensino da Música, uma vez que se trata de uma área reconhecidamente relevante para a educação e para a formação dos jovens e acerca da qual é preciso obter informação credível que permita uma reflexão fundamentada. Na verdade, referiu que o CNE não pode ficar alheio a esta situação, sendo necessário estudá-la com a necessária profundidade para que seja possível elaborar recomendações que contribuam para apoiar os decisores neste domínio. Esta comissão especializada eventual terá a duração máxima de quinze meses e será coordenada pela conselheira Leonor Santos.

Informou que, pelo facto de o CNE ser um órgão independente, foi com manifesta surpresa que recebeu, no passado dia 2 de abril, do Secretário de Estado cessante, uma inusitada nota, insurgindo-se contra a recomendação nº2/2024, “Exames e Acesso ao Ensino Superior: problemas e cenários”. A nota assim como a resposta dada vão ser distribuídas aos conselheiros, já que é posto em causa o serviço público que estes prestam.

O presidente teve ainda a oportunidade de anunciar quatro seminários que o CNE levará a cabo muito em breve: dois relacionados com o projeto DICA de 2023 (em Leiria e no Porto, nos dias 15 e

16 de abril, respetivamente), um em parceria com o Escritório da Organização dos Estados Ibero Americanos em Portugal (dia 17 de abril, nas instalações do CNE) e um outro em 28 de maio, em Santarém, no âmbito do EDA50, em que será formalmente celebrado o quinquagésimo aniversário da instauração da liberdade no nosso país.

O ponto dois da ordem de trabalhos suscitou apenas o pedido de alteração de uma expressão, que foi prontamente aceite. O relato da 153ª sessão plenária foi aprovado por unanimidade.

Passou-se, então, à intervenção do Professor Augusto Santos Silva, que abordou o tema “O Conselho Nacional de Educação e a participação social nas políticas educativas”, evidenciando, em especial, os avanços registados na educação nos 50 anos posteriores ao 25 de Abril assim como o incremento da participação social ao nível das políticas educativas, forma de realçar também o papel do CNE neste domínio. Salientou vários dos avanços no âmbito da participação social nas políticas públicas, tais como a universalização do ensino secundário, a nova conceção do ensino básico, começando no pré-escolar, a massificação do ensino superior, a capilaridade territorial dos territórios educativos e a gestão democrática. Salientou a relevância da Lei de Bases do Sistema Educativo, dando voz a vários atores como os sindicatos de professores, as associações de professores organizadas por disciplinas, as associações de estudantes no ensino secundário, os grupos de interesses, as autarquias e os interesses locais, os dirigentes das escolas, a generalidade dos movimentos de opinião, com exposição mediática... Permitiu que o CNE se constituísse como um órgão consultivo (e não do governo), dando-lhe, assim, o poder de agendamento no espaço público. Referiu as etapas das políticas (preparação, implementação, avaliação e reconhecimento) e seus efeitos: formas de pressão, de canalização, de necessidades sociais, de expressão da consciencialização; formas de decisão, que implicam negociações mais ou menos formais e por vezes deliberações. Referiu ainda os equívocos da participação social, como pensar-se que a participação é uma forma de limitação da ação política ou de imposição de uns para outros. Pelo contrário, a autonomia, os consensos e a integração devem ser essenciais. E concluiu com a sugestão de cinco domínios que poderão fazer parte da agenda do CNE: a tensão entre a autonomia e a ancoragem nas escolas de ensino básico e secundário, o capital humano na educação, a coerência do ensino básico português, a natureza e diversidade do ensino superior, a resposta da escola à multiculturalidade em Portugal. Seguiu-se um momento de perguntas e de comentários por parte dos conselheiros, todos eles muito elogiosos. Intervieram os conselheiros Fernando Elias, José Tribolet, Paulo Sucena, Maria Calado, João Couvaneiro, José Carvalho e José Reis.

Relativamente ao ponto quatro da ordem de trabalhos – apresentação do PIAAC, Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos – foram oradores os Professores Luís Rothes e João Queirós, respetivamente Coordenador Nacional e Subcoordenador Nacional do PIAAC. Apresentaram este estudo promovido pela OCDE, baseado num questionário exaustivo, aplicado a cerca de 250.000 adultos, dos 16 aos 65 anos. Foram avaliados três domínios de competência: literacia, numeracia e resolução de problemas em ambientes tecnologicamente ricos. Registam-se aqui alguns dos resultados importantes para a definição de políticas públicas de educação e formação na União Europeia: (a) quase 20% da população em idade ativa na UE apresenta níveis de proficiência baixos em literacia e numeracia; (b) o nível de literacia varia consideravelmente com o nível de rendimentos e entre adultos com diferentes características sociodemográficas (idade, nível educativo, nível educativo dos pais e estatuto imigratório); (c) registam-se diferenças de competência significativas entre indivíduos com qualificações similares; (d) os adultos com baixos níveis de proficiência envolvem-se menos em atividades de aprendizagem e participam menos em atividades voluntárias e associativas; (e) os adultos com níveis baixos de proficiência confiam menos nos outros e acreditam menos que têm impacto significativo no

processo político; (f) as competências deterioram-se com o tempo se não forem mobilizadas; e (g) 25% dos adultos não possuem competências para o uso efetivo das TIC. Seguiu-se um período de discussão e esclarecimento do programa.

Depois do almoço, retomaram-se os trabalhos no seu ponto cinco – apresentação, discussão e apreciação do projeto de recomendação sobre *Explicações/‘educação (na) sombra’: relação com o currículo, o trabalho dos professores e as desigualdades*, apresentado pelos conselheiros relatores António Neto Mendes, Fernando Elias e Jorge Ascensão. Foi feita a fundamentação da necessidade da recomendação, a definição de alguns termos e os efeitos da atividade; foi revelada a contextualização processual, nomeadamente ao nível da recolha de dados provenientes da audição de cerca de quatro dezenas de pessoas; foi referida a estrutura do documento em três partes. Intervieram os conselheiros Rodrigo Queirós e Melo, Matilde Rocha, Maria Calado, Jorge Gonçalves, José Tribolet, Fernando Magalhães, João Machado, Ângela Lemos, Cristina Vieira e Rogério Bacalhau com questões e sugestões que foram bem acolhidas, discutidas e conduziram a alterações pontuais, que enriqueceram o texto. Colocada à votação, a recomendação foi aprovada por maioria.

Entrou-se no ponto seis da ordem de trabalhos – apreciação e discussão do projeto de recomendação *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO): reflexões acerca da sua concretização nas Escolas*. Foram relatoras(es) as(os) conselheiras(os) Jesus Maria Sousa, Cláudia André, João Paulo Mineiro, Matilde Rocha e Nuno Ferro. A conselheira Jesus Maria Sousa apresentou a referida recomendação. Após elogios, discussão e esclarecimentos pontuais, resultantes das intervenções dos conselheiros Fernando Magalhães, Jorge Ascensão, Paulo Sucena, Cristina Vieira e João Machado, a recomendação foi aprovada por maioria.

O presidente agradeceu mais uma vez a presença e o contributo de todos e deu por terminada esta reunião, pelas dezassete horas.